

# **SURGIMENTO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO ELETRÔNICOS E INFLUÊNCIA NOS PRINCÍPIOS CAMBIÁRIOS**

## **Autor(res)**

Administrador Kroton  
Igor Henrique Alves Moreira  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

## **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

## **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

## **Introdução**

Com o desenvolvimento de novas tecnologias o mundo muda a cada dia e é nesse contexto que podemos falar sobre a desmaterialização dos títulos de crédito. Assim, com a introdução do parágrafo 3 do artigo 887 introduzido pelo atual código civil, houve a possibilidade da emissão de títulos de crédito por meio eletrônico. Dessa forma, intensificando o fenômeno da desmaterialização dos títulos de crédito e influenciando nos princípios que regem esses documentos, tendo afetado principalmente a cartularidade.

Dessa forma, a possibilidade de emitir títulos por meio eletrônico gerou discussões na doutrina quanto a aplicabilidade desse princípio.

## **Objetivo**

O presente trabalho tem como objetivo mostrar o impacto da evolução tecnológica no direito cambial e como o surgimento dos títulos de crédito eletrônicos afetaram os princípios que regem essas relações.

## **Material e Métodos**

Foi utilizado como método de pesquisa, a pesquisa bibliográfica, realizada pela leitura de artigos científicos e monografias elaborados por outros autores, disponíveis na internet.

Um importante avanço no âmbito tecnológico no Brasil foi a medida provisória n 2200-2 que foi introduzida em 24 de agosto de 2001, a qual foi uma importante iniciativa legislativa no meio eletrônico, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP). Assim, essa medida buscava garantir a integridade, autenticação e validade jurídica de documentos eletrônicos, que tem como principal finalidade garantir a segurança na assinatura de certificados e documentos digitais. Então, evidencia-se aqui um passo importante na transição do papel para o meio eletrônico. Nesse sentido, em 2002, com o advento do novo Código Civil houve a possibilidade da emissão de títulos de crédito por meio de caracteres em computador ou meio técnico equivalente.

## **Resultados e Discussão**

Portanto, antes da possibilidade de emitir títulos eletrônicos, a relação cambial era realizada por meio de um título

escrito na cártula (papel) de acordo com o princípio da cartularidade, que diz que para exercício do direito escrito no título se pressupõe a sua posse.

Assim, a redação do art. 889, §3º do CC, que permitiu a possibilidade de emitir título de crédito por meio caracteres criados em computador e meio equivalente, trouxe grandes discussões na doutrina quanto ao princípio retro mencionado.

Segundo Tomazette (2017) há 3 possíveis conclusões que podem ser adotadas a respeito da cartularidade, sendo a primeira que tal princípio não existe mais para os títulos de crédito, a segunda que títulos eletrônicos não são títulos de crédito, aplicando-se a cartularidade apenas para os títulos de crédito e por último a cartularidade ainda vale para os títulos em papel e eletrônicos tendo adquirido novos contornos.

### **Conclusão**

Conclui-se, portanto, que os princípios cambiais foram afetados pelo fenômeno da desmaterialização dos títulos de crédito, sofrendo mudanças e reformulações em seu aspecto conceitual, sendo afetado principalmente o da cartularidade. Cabe, ressaltar que o fator predominate do entrave quanto a utilização dos títulos eletrônicos é a falta de legislação específica, devido a morosidade do poder legislativo.

### **Referências**

CARVALHO, Guídsen Oliveira da Silva. OS PRINCÍPIOS CAMBIÁRIOS FRENTE A DESMATERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6042>. Acesso em: 21 abril de 2025.

SILVA, Bruna Gabriela Camargos; SANTOS, Maria Carolina de Melo. TÍTULOS DE CRÉDITO ELETRÔNICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. Revista Aletheia, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: [//revista.fasf.edu.br/index.php/Aletheia/article/view/144](https://revista.fasf.edu.br/index.php/Aletheia/article/view/144). Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL, J. C. G. . O PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE FRENTE AO FENÔMENO DA DESMATERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO. Portal de Trabalhos Acadêmicos, [S. l.], v. 14, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/academico/article/view/2517>. Acesso em: 27 abr. 2025.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: títulos de crédito. 8ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. 2 v.